



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640106 - MG (2021/0013077-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : GABRIELA CAROLINA DE OLIVEIRA CASSIMIRO BRITO E OUTRO
ADVOGADOS : GABRIELA CAROLINA DE OLIVEIRA CASSIMIRO BRITO - MG118553
KENNYA MARCIA DA FONSECA ROSA - MG148975
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GUILHERME DE ALMEIDA ANDRELINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GUILHERME DE ALMEIDA ANDRELINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.579596-6/000).

O paciente teve prisão preventiva decretada para a garantia da ordem pública pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006, 244-B da Lei n. 8.069/1990 e 329 do Código Penal.

Sustenta a impetrante a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, uma vez que o paciente não teria sido encontrado na posse do entorpecente, mas tão somente próximo a ele.

Ressalta que o acusado seria primário, sem antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão cautelar. No mérito, a confirmação da medida urgente ou, não se entendendo dessa forma, o reconhecimento do excesso de prazo para a formação da culpa ou, ainda, a imposição de medidas cautelares mais brandas.

É, no essencial, o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 27-29):

"Analisando a decisão que converteu a prisão em flagrante do autuado em preventiva, verifica-se que a il. Magistrada a quo apontou, de forma clara e específica, os fundamentos que justificaram a conversão, permitindo-lhe saber os reais motivos da custódia, razão pela qual, a meu ver, não há que se falar em ausência de fundamentação idônea, senão

vejamos:

'Isso porque, após apreciação dos elementos de informação reunidos pela d. autoridade policial, observo ser possível comprovar a materialidade delitiva do crime de tráfico de drogas e extrair indícios de autoria. No caso em exame, se conjugarmos a operação policial, as informações preliminares, a apreensão do menor no local dos fatos e a quantidade de droga apreendida, entendo haver indícios suficiente do envolvimento dos autuados com o tráfico de drogas. Assim, havendo prova da materialidade e indícios de autoria, em meu sentir, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, haja vista que o crime de tráfico possui extrema gravidade.'(fl. 41 do documento único do JPe).

Como é cediço, a prisão cautelar é exceção em nosso ordenamento jurídico, sendo imprescindível para a sua manutenção nesta fase do procedimento a presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, dentre eles, a comprovação da existência do crime e indícios suficientes de sua autoria, sendo dispensável, para tanto, prova cabal da prática delituosa.

Com efeito, após uma análise superficial dos elementos constantes dos autos verifica-se, ao menos em tese, prova da materialidade dos crimes e indícios suficientes de sua autoria.

Extraí-se do APFD que, no dia 10 de Novembro de 2020, durante operação destinada ao combate ao tráfico de drogas na Rua Quincas Jorge, na Cidade de Santa Luzia, policiais militares realizaram cerco no local. Contudo, no momento em que a viatura se aproximou, os indivíduos soltaram foguete e saíram correndo, ignorando as ordens de parada dos agentes. (fl. 14 do documento único do JPe)

*Neste contexto, **o ora paciente Guilherme**, ao perceber que estava cercado, enfrentou os militares, razão pela qual foi utilizada uma pistola de impulso elétrico para contê-lo. Próximo ao autuado, foram localizadas 45 (quarenta e cinco) buchas de substância de crack, sendo que a todo momento o telefone do suspeito tocava, recebendo ligações de números distintos.*

Consta, ademais, que em data pretérita, o investigado foi abordado saindo da rua sem saída onde ocorre o tráfico de drogas, não tendo sido encontrado nada de ilícito com ele, apenas a quantia de R\$3.000,00 (três mil reais). Na oportunidade, o menor M.C.V. evadiu correndo e se escondeu, embora tenha sido detido posteriormente. Próximos ao adolescente foram localizados 06 (seis) pequenos pés de maconha.

Registro, por oportuno, que muito embora a defesa

negue qualquer envolvimento com os delitos em questão, saliento que a via eleita não se presta ao exame de tal tese, uma vez que seria necessário proceder à análise do conjunto fático probatório, o que é impossível na via estreita do Habeas Corpus, de cognição e instrução sumárias, e que deverá ser discutido durante a instrução criminal, oportunidade em que serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

[...]

Noutra ponta, não se pode perder de vista a gravidade concreta que envolve o presente feito, especialmente em razão das circunstâncias em que as substâncias entorpecentes foram arrecadadas, o que justifica a manutenção da segregação cautelar do paciente para a garantia da ordem pública, restando satisfeitos, portanto, os requisitos previstos no art. 312 do CPP."

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o acusado.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência